

Canal Energia – 29/08/2014 Eleições 2014: setor no centro do debate

Reportagem Especial CanalEnergia



Eleições 2014: setor no centro do debate

Próximo presidente terá como desafio destravar o diálogo com o setor, rever o planejamento e olhar para uma política energética industrial

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Reportagem Especial 29/08/2014

O Brasil está em meio a um novo processo eleitoral para escolher o próximo presidente. Três candidatos disputam a preferência do eleitoral nacional em uma disputa já histórica, com uma virada trágica, com o acidente aéreo que matou o candidato Eduardo Campos (PSB). Parece claro que a corrida eleitoral deve ir para o segundo turno, mas quais serão os candidatos isso ainda é incerto, principalmente, depois da entrada de Marina Silva (PSB) no lugar de Campos. Em segundo lugar, a candidata pode rivalizar com a atual ocupante do cargo Dilma Rousseff (PT), que quer mais um mandato. O candidato do PSDB, Aécio Neves, também quer um lugar ao sol e pode surpreender as oponentes.

A eleição está centrada na economia, que sofre com um repique da inflação e uma desaceleração do crescimento, que deve ficar próximo de zero este ano. Os investimentos são vistos pelos analistas como a principal forma de estimular a retomada do crescimento. Um dos setores bases da economia é o elétrico. O setor tem tradição de investimentos bilionários e de vital importância para o país, com a construção de projetos de geração e transmissão, além dos aportes nas redes de distribuição e a comercialização de energia. Atualmente, o setor passar por um de seus momentos mais difíceis desde o racionamento de 2001. Com reservatórios em baixa, geração termelétrica em níveis históricos, os gastos das distribuidoras com energia explodiram, um socorro foi necessário. A desorganização de um setor antes visto como previsível, o fez se tornar centro das atenções da campanha.

As três candidaturas falam em voltar a estimular os investimentos no setor para garantir a modicidade tarifária, a continuidade da expansão da oferta de energia, sobretudo com energia renovável. Dilma quer continuar o processo de investimentos que vem sendo realizados, em grandes projetos como as hidrelétricas de Belo Monte e do Rio Madeira, e os linhões do Madeira e Tucuruí-Manaus-Macapá. A candidata visitou essas obras, mostrando em seu programa a sua importância. Aécio quer fazer mudanças no setor para retomar a atratividade para os investidores privados. Entre suas diretrizes estão melhorar o nível de governança das estatais do setor, dar mais transparência a formação de preço e estimular o mercado de gás, entre outros pontos. Marina, por sua vez, aposta nas fontes renováveis, como solar e eólica, e na instalação de microgeração para garantir o suprimento de energia.



Fonte: sites candidaturas/Agência Brasil

Todos os três principais candidatos tem abordado o setor de forma mais ou menos contundente nos seus discursos, em decorrência, principalmente, da situação dos reservatórios em baixa, que já prejudica, não só a produção de energia, mas também os outros usos, como abastecimento de água; e os reajustes tarifários, que já chegaram a casa dos 40%. Esses problemas prometem encontrar o próximo mandatário já em 2015. Para os agentes do setor, a exposição do setor deve levar a que ele seja tratado com a seriedade que precisa por sua importância para a economia. A reportagem conversou com representantes de algumas das principais entidades para entender os anseios em jogo nesta eleição.

Para Eduardo Monteiro, diretor-executivo do Instituto Acende Brasil, o que acontece no setor acaba de alguma forma afetando toda a economia. "É importante que os três candidatos nesta campanha presidencial, e o eventual vencedor, enderecem com prioridade o setor elétrico, porque ele é um setor econômico que dá sustentação a todos os outros setores da economia, que tem um impacto no orçamento das pessoas e na lógica empresarial muito grande", resumiu o pensamento geral no setor. O observatório do setor elétrico lançou um documento com sugestões de aprimoramentos, que podem ser usados pelos candidatos para formatar suas propostas.

Monteiro listou três grandes dimensões prioritárias: a adequação da oferta de energia, a modicidade tarifária e a credibilidade e confiança. Esse tripé é essencial para o setor retomar o caminho do crescimento e da estabilidade perdida desde a implementação da medida provisória 579, a agora lei 12.783. "Olhando para o cenário de hoje, os três pilares estão muito interconectados", afirma. Em relação a modicidade tarifária, ele aponta a carga tributária como o problema a ser atacado pelo próximo presidente. "Impossível endereçar de maneira estrutural a modicidade tarifária se os agentes políticos não olharem a carga de tributos e encargos", afirma.



Dar prioridade ao setor por sua importância

Eduardo Monteiro, do Instituto Acende Brasil

Somente o ICMS, que é estadual, responde por 21% do custo da energia no país, lembra. Outros encargos que vem pesando na tarifa são PIS e Cofins. Monteiro ressalta que o setor é sobretaxada em relação a média dos outros setores da economia. "Se houver uma coordenação federal junto aos governadores teremos um ganho", apontou em relação a alíquota do ICMS.

A indústria está de olho nessa questão para retomar pelo menos parte da competitividade perdida. O preço da energia é ponto importante tanto no curto como no longo prazo, segundo Paulo Pedrosa, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres. A Abrace quer a adoção de uma política indústria energética, tanto para a eletricidade como para o gás natural. "Os nossos competidores estão sendo beneficiados por mercados eficientes e por políticas focadas na indústria. Eles estão com condições de acesso da energia bem mais competitivas que a nossa", descreveu Pedrosa, referindo-se a países europeus, como França e Alemanha, e o próprio Estados Unidos.



Planejamento precisa ser crível para o investidor

Alexei Vivan, da ABCE e do FMASE

Entre algumas das propostas apresentadas pela associação estão alocar cotas a preços competitivos a indústria, participação nos leilões e isenção de encargos setoriais. "A sinalização do preço competitivo daqui a quatro anos é o que vai mobilizar a tomada de decisão em relação a investimentos da indústria", argumentou. Para o executivo, a discussão sobre o setor tem que ser a mais técnica possível para se ter avanços concretos.

A opinião entre os agentes é que o(a) próximo(a) presidente terá que retomar o diálogo com o setor, perdido desde a promulgação da MP 579. Para Luiz Fernando Vianna, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, é primordial o nível de debates que se tinha como ocorreu na formação do novo modelo em 2004. "Entendemos que é importante que haja, novamente, esse grande diálogo com o setor elétrico, através das associações, para revisitar os aprimoramentos", sugeriu.



Destruar o diálogo com o setor

Luiz Fernando Vianna, da Apine

Para se retomar os investimentos no setor de forma mais importante, o presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica e do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico, Alexei Vivan, acredita que a reconquista da confiança será necessária. "Para isso, precisamos de segurança jurídica, estabilidade de regras. Nós precisamos de respeito aos contratos para que o risco país, que a gente considera o risco regulatório por conta de mudanças de regras, seja reduzido para que atraia investimentos",

Vivan vê também como ponto a ser visto no próximo mandato o planejamento do setor. "O primeiro foco é um planejamento crível, que seja exequível, a partir daí fazer os investimentos com base nesse planejamento. A gente começa a brincar que o planejamento é uma obra de ficção e não pode ser porque ele tem que nortear os investimentos", comparou. O executivo lembrou ainda que os investimentos precisam também de mais previsibilidade no licenciamento ambiental. Há avanços, mas ainda há problemas no licenciamento de grandes hidrelétricas e linhas de transmissão.



Por uma política energética industrial

Paulo Pedrosa, da Abrace

"[Temos] uma necessidade de capacitação em termos técnicos, de pessoal, para atender os pedidos de licenciamento", ponderou Vivan, que vê evoluções como a sinalização de um decreto para concentrar no Ibama a coordenação do licenciamento. Eduardo Monteiro, do Acende Brasil, lembra que uma das propostas do instituto é a padronização do termo de referência, por fonte, por exemplo.

Com os desafios postos, o próximo governo terá trabalho a fazer desde o dia 1º de janeiro de 2015 para reverter um quadro de pessimismo instalado no setor nos últimos dois anos. Destruar o diálogo para compreender as necessidades dos investidores para escolherem aplicar seus recursos em obras importantes do setor como as futuras hidrelétricas do rio Tapajós, linhas de transmissão e novas fontes de energia.

Próximo presidente terá como desafio destravar o diálogo com o setor, rever o planejamento e olhar para uma política energética industrial

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Reportagem Especial

O Brasil está em meio a um novo processo eleitoral para escolher o próximo presidente. Três candidatos disputam a preferência do eleitoral nacional em uma disputa já histórica, com uma virada trágica, com o acidente aéreo que matou o candidato Eduardo Campos (PSB). Parece claro que a corrida eleitoral deve ir para o segundo turno, mas quais serão os candidatos isso ainda é incerto, principalmente, depois da entrada de Marina Silva (PSB) no lugar de Campos. Em segundo lugar, a candidata pode rivalizar com a atual ocupante do cargo Dilma Rousseff (PT), que quer mais um mandato. O candidato do PSDB, Aécio Neves, também quer um lugar ao sol e pode surpreender as oponentes.

A eleição está centrada na economia, que sofre com um repique da inflação e uma desaceleração do crescimento, que deve ficar próximo de zero este ano. Os investimentos são vistos pelos analistas como a principal forma de estimular a retomada do crescimento. Um dos setores bases da economia é o elétrico. O setor tem tradição de investimentos bilionários e de vital importância para o país, com a construção de projetos de geração e transmissão, além dos aportes nas redes de distribuição e a comercialização de energia. Atualmente, o setor passar por um de seus momentos mais difíceis desde o racionamento de 2001. Com reservatórios em baixa, geração termelétrica em níveis históricos, os gastos das distribuidoras com energia explodiram, um socorro foi necessário. A desorganização de um setor antes visto como previsível, o fez se tornar centro das atenções da campanha.

As três candidaturas falam em voltar a estimular os investimentos no setor para garantir a modicidade tarifária, a continuidade da expansão da oferta de energia, sobretudo com energia renovável. Dilma quer continuar o processo de investimentos que vem sendo realizados, em grandes projetos como as hidrelétricas de Belo Monte e do Rio Madeira, e os linhões do Madeira e Tucuruí-Manaus-Macapá. A candidata visitou essas obras, mostrando em seu programa a sua importância. Aécio quer fazer mudanças no setor para retomar a atratividade para os investidores privados. Entre suas diretrizes estão melhorar o nível de governança das estatais do setor, dar mais transparência a formação de preço e estimular o mercado de gás, entre outros pontos. Marina, por sua vez, aposta nas fontes renováveis, como solar e eólica, e na instalação de microgeração para garantir o suprimento de energia.

Todos os três principais candidatos tem abordado o setor de forma mais ou menos contundente nos seus discursos, em decorrência, principalmente, da situação dos reservatórios em baixa, que já prejudica, não só a produção de energia, mas também os outros usos, como abastecimento de água; e os reajustes tarifários, que já chegaram a casa dos 40%. Esses problemas prometem encontrar o próximo mandatário já em 2015. Para os agentes do setor, a exposição do setor deve levar a que ele seja tratado com a seriedade que precisa por sua importância para a economia. A reportagem conversou com representantes de algumas das principais entidades para entender os anseios em jogo nesta eleição.

Para **Eduardo Monteiro**, diretor-executivo do **Instituto Acende Brasil**, o que acontece no setor acaba de alguma forma afetando toda a economia. "É importante que os três candidatos nesta campanha presidencial, e o eventual vencedor, enderecem com prioridade o setor elétrico, porque ele é um setor econômico que dá sustentação a todos os outros setores da economia, que tem um impacto no orçamento das pessoas e na lógica empresarial muito grande", resumiu o

pensamento geral no setor. O observatório do setor elétrico lançou um documento com sugestões de aprimoramentos, que podem ser usados pelos candidatos para formatar suas propostas.

Monteiro listou três grandes dimensões prioritárias: a adequação da oferta de energia, a modicidade tarifária e a credibilidade e confiança. Esse tripé é essencial para o setor retomar o caminho do crescimento e da estabilidade perdida desde a implementação da medida provisória 579, a agora lei 12.783. "Olhando para o cenário de hoje, os três pilares estão muito interconectados", afirma. Em relação a modicidade tarifária, ele aponta a carga tributária como o problema a ser atacado pelo próximo presidente. "Impossível endereçar de maneira estrutural a modicidade tarifária se os agentes políticos não olharem a carga de tributos e encargos", afirma.

Somente o ICMS, que é estadual, responde por 21% do custo da energia no país, lembra. Outros encargos que vem pesando na tarifa são PIS e Cofins. Monteiro ressalta que o setor é sobretaxada em relação a média dos outros setores da economia. "Se houver uma coordenação federal junto aos governadores teremos um ganho", apontou em relação a alíquota do ICMS.

A indústria está de olho nessa questão para retomar pelo menos parte da competitividade perdida. O preço da energia é ponto importante tanto no curto como no longo prazo, segundo Paulo Pedrosa, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres. A Abrace quer a adoção de uma política indústria energética, tanto para a eletricidade como para o gás natural. "Os nossos competidores estão sendo beneficiados por mercados eficientes e por políticas focadas na indústria. Eles estão com condições de acesso da energia bem mais competitivas que a nossa", descreveu Pedrosa, referindo-se a países europeus, como França e Alemanha, e o próprio Estados Unidos.

Entre algumas das propostas apresentadas pela associação estão alocar cotas a preços competitivos a indústria, participação nos leilões e isenção de encargos setoriais. "A sinalização do preço competitivo daqui a quatro anos é o que vai mobilizar a tomada de decisão em relação a investimentos da indústria", argumentou. Para o executivo, a discussão sobre o setor tem que ser a mais técnica possível para se ter avanços concretos.

A opinião entre os agentes é que o(a) próximo(a) presidente terá que retomar o diálogo com o setor, perdido desde a promulgação da MP 579. Para Luiz Fernando Vianna, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, é primordial o nível de debates que se tinha como ocorreu na formação do novo modelo em 2004. "Entendemos que é importante que haja, novamente, esse grande diálogo com o setor elétrico, através das associações, para revisar os aprimoramentos", sugeriu.

Para se retomar os investimentos no setor de forma mais importante, o presidente-executivo da Associação Brasileiras das Companhias de Energia Elétrica e do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico, Alexei Vivan, acredita que a reconquista da confiança será necessária. "Para isso, precisamos de segurança jurídica, estabilidade de regras. Nós precisamos de respeito aos contratos para que o risco país, que a gente considera o risco regulatório por conta de mudanças de regras, seja reduzido para que atraia investimentos", ponderou.

Vivan vê também como ponto a ser visto no próximo mandato o planejamento do setor. "O primeiro foco é um planejamento crível, que seja exequível, a partir daí

fazer os investimentos com base nesse planejamento. A gente começa a brincar que o planejamento é uma obra de ficção e não pode ser porque ele tem que nortear os investimentos", comparou. O executivo lembrou ainda que os investimentos precisam também de mais previsibilidade no licenciamento ambiental. Há avanços, mas ainda há problemas no licenciamento de grandes hidrelétricas e linhas de transmissão.

"[Temos] uma necessidade de capacitação em termos técnicos, de pessoal, para atender os pedidos de licenciamento", ponderou Vivan, que vê evoluções como a sinalização de um decreto para concentrar no Ibama a coordenação do licenciamento. Eduardo Monteiro, do Acende Brasil, lembra que uma das propostas do instituto é a padronização do termo de referência, por fonte, por exemplo.

Com os desafios postos, o próximo governo terá trabalho a fazer desde o dia 1º de janeiro de 2015 para reverter um quadro de pessimismo instalado no setor nos últimos dois anos. Destruar o diálogo para compreender as necessidades dos investidores para escolherem aplicar seus recursos em obras importantes do setor como as futuras hidrelétricas do rio Tapajós, linhas de transmissão e novas fontes de energia.